



TERMO DE REFERÊNCIA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP)

PREGÃO ELETRÔNICO
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO

FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EM CORTE E COSTURA NO CONTEXTO DA ECONOMIA CRIATIVA, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP, NOS MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, LOCALIZADOS NO ESTADO DA BAHIA.

SETEMBRO/2025



ÍNDICE

| | |
|--|----|
| 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO | 3 |
| 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES..... | 5 |
| 3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO | 6 |
| 4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E LOCAL DE FATURAMENTO | 6 |
| 5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS | 6 |
| 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO..... | 7 |
| 7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA | 8 |
| 8. PROPOSTA..... | 8 |
| 9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO..... | 9 |
| 10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA..... | 11 |
| 11. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO..... | 11 |
| 12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO..... | 11 |
| 13. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS..... | 13 |
| 14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS..... | 13 |
| 15. MULTAS..... | 13 |
| 16. GARANTIA DA EXECUÇÃO..... | 14 |
| 17. FISCALIZAÇÃO..... | 14 |
| 18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS..... | 14 |
| 19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..... | 16 |
| 20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA | 17 |
| 21. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF..... | 17 |
| 22. GARANTIA DOS MATERIAIS | 18 |
| 23. MATRIZ DE RISCOS..... | 18 |
| 24. CONDIÇÕES GERAIS | 19 |
| 25. ANEXOS..... | 19 |



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Fornecimento, carga, transporte e descarga de máquinas e equipamentos destinados à implantação de ações voltadas para as atividades de Corte e Costura, no âmbito da Economia Criativa, por Sistema de Registro de Preços - SRP, nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado da Bahia. O valor máximo estimado é **R\$ 4.983.667,12 (quatro milhões novecentos e oitenta e três mil seiscentos e sessenta e sete reais e doze centavos)**.

A licitação será realizada em **02 (DOIS) GRUPOS E 12 (DOZE) ITENS**, conforme descrito abaixo:

| Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência Equipamentos / Insumos para Apoio a Ações de Arranjos Produtivos Locais | | | | | | | |
|--|--------|--|-----|------|----------------|------------------|------------------|
| GRUPO 1 - Equipamentos para Corte e Costura (PRINCIPAL - 90%) | | | | | | | |
| Item | CATMAT | Descrição/ Especificações técnicas | Qnt | Unid | Valor Unitário | Valor Total | Fonte da Cotação |
| 1 | 610334 | Máquina de Costura Industrial Overlock completa com mesa, 01 agulha, 3 fios, lubrificação automática, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 198 | Und | R\$ 3.933,84 | R\$ 778.900,32 | Composição |
| 2 | 257977 | Máquina de Costura Galoneira Industrial completa com mesa, 03 agulhas, 5 fios, com trançador, base aberta e fechado (2 em 1), coração externo, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Com aparelho de viés com as medidas 2,0, 3,0 e 3,5. Com porta fios compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 198 | und | R\$ 4.568,13 | R\$ 904.489,74 | Composição |
| 3 | 610337 | Máquina de Costura Reta Industrial completa com mesa, 01 agulha, lançadeira vertical, lubrificação automática com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, barra de agulha teflonada, bamba de óleo em aço, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 198 | und | R\$ 2.640,00 | R\$ 522.720,00 | Composição |
| | | | | | Subtotal | R\$ 2.206.110,06 | |
| Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência Equipamentos / Insumos para Apoio a Ações de Arranjos Produtivos Locais | | | | | | | |
| GRUPO 2 - Equipamentos para Corte e Costura (Cota reservada do Grupo 1: ME e EPP 10%) | | | | | | | |
| Item | CATMAT | Descrição/ Especificações técnicas | Qnt | Unid | Valor Unitário | Valor Total | Fonte da Cotação |
| 4 | 610334 | Máquina de Costura Industrial Overlock completa com mesa, 01 agulha, 3 fios, lubrificação automática, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 22 | und | R\$ 3.933,84 | R\$ 86.544,48 | Composição |
| 5 | 257977 | Máquina de Costura Galoneira Industrial completa com mesa, 03 agulhas, 5 fios, com trançador, base aberta e fechado (2 em 1), coração externo, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Com aparelho de viés com as medidas 2,0, 3,0 e 3,5. Com porta fios compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 22 | und | R\$ 4.568,13 | R\$ 100.498,86 | Composição |
| 6 | 610337 | Máquina de Costura Reta Industrial completa com mesa, 01 agulha, lançadeira vertical, lubrificação automática com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, barra de agulha teflonada, bamba de óleo em aço, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 22 | und | R\$ 2.640,00 | R\$ 58.080,00 | Composição |
| | | | | | Subtotal | R\$ 245.123,34 | |



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

| Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência Equipamentos / Insumos para Apoio a Ações de Arranjos Produtivos Locais | | | | | | | |
|--|--------|--|-----|-----|----------------|------------------|------------------|
| Item | CATMAT | Descrição/ Especificações técnicas | Qnt | Und | Valor Unitário | Valor Total | Fonte da Cotação |
| 7 | 481271 | Máquina de Costura Doméstica completa com mesa, com função zig zag, com caseador, com no mínimo 22 pontos, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 990 | Und | R\$ 917,26 | R\$ 908.087,40 | Composição |
| 8 | 481271 | Cota reservada do Item 7: ME e EPP 10% -Máquina de Costura Doméstica completa com mesa, com função zig zag, com caseador, com no mínimo 22 pontos, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 110 | und | R\$ 917,26 | R\$ 100.898,60 | Composição |
| 9 | 610338 | Máquina de Costura Pespontadeira completa com mesa, barra fixa, lançadeira Grande, lubrificação automática, motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 99 | und | R\$ 5.517,78 | R\$ 546.260,22 | Composição |
| 10 | 610338 | Cota reservada do Item 9: ME e EPP 10% -Máquina de Costura Pespontadeira completa com mesa, barra fixa, lançadeira Grande, lubrificação automática, motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 11 | und | R\$ 5.517,78 | R\$ 60.695,58 | Composição |
| 11 | 610336 | Máquina de Costura Semi-Industrial Zig Zag completa com mesa, 1 agulha, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 99 | und | R\$ 3.433,26 | R\$ 339.892,74 | Composição |
| 12 | 610336 | Cota reservada do Item 11 - ME e EPP 10% : Máquina de Costura Semi-Industrial Zig Zag completa com mesa, 1 agulha, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 11 | und | R\$ 3.433,26 | R\$ 37.765,86 | Composição |
| 13 | 238168 | Máquina de bordar eletrônica completa com mesa, com as características mínimas: área de bordado: 20 x 28, com 3 bastidores incluídos, com 102 desenhos ou mais na memória, com entrada USB, visor LCD touchscreen, velocidade do bordado: 860 ppm. Voltagem: autovolt ou bivolt. Acessórios incluídos. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 10 | und | R\$ 11.532,48 | R\$ 115.324,80 | Composição |
| 14 | 238168 | Cota reservada do Item 13 - ME e EPP 10% : Máquina de bordar eletrônica completa com mesa, com as características mínimas: área de bordado: 20 x 28, com 3 bastidores incluídos, com 102 desenhos ou mais na memória, com entrada USB, visor LCD touchscreen, velocidade do bordado: 860 ppm. Voltagem: autovolt ou bivolt. Acessórios incluídos. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 2 | und | R\$ 11.532,48 | R\$ 23.064,96 | Composição |
| 15 | 483572 | Cadeira Escritório. Material Estrutura: madeira compensada. Material revestimento, assento e encosto: vinil. Material encosto: madeira e espuma injetada. Material assento: madeira e espuma Injetada. Tipo Base: Fixa. Apoio Braço: sem braços. Quantidade Pés: 4. | 594 | und | R\$ 378,53 | R\$ 224.846,82 | Composição |
| 16 | 483572 | Cota reservada do Item 15 - ME e EPP 10% : Cadeira Escritório. Material Estrutura: madeira compensada. Material revestimento, assento e encosto: vinil. Material encosto: madeira e espuma injetada. Material assento: madeira e espuma Injetada. Tipo Base: Fixa. Apoio Braço: sem braços. Quantidade Pés: 4. (Cota ME e EPP) | 66 | und | R\$ 378,53 | R\$ 24.982,98 | Composição |
| 17 | 610344 | Mesa de Corte para tecidos, estrutura desmontável com nivelador nos pés, prateleira inferior para acondicionamento de tecidos ou outros materiais, módulo de 1,50 m de largura por 2,00 m de comprimento, em aço espessura de 2.00 mm, tampo superior em MDF em 19 mm, prateleira inferior em MDF 18 mm revestido em fórmica. | 79 | und | R\$ 1.711,52 | R\$ 135.210,08 | Composição |
| 18 | 610344 | Cota reservada do Item 17 - ME e EPP 10% : Mesa de Corte para tecidos, estrutura desmontável com nivelador nos pés, prateleira inferior para acondicionamento de tecidos ou outros materiais, módulo de 1,50 m de largura por 2,00 m de comprimento, em aço espessura de 2.00 mm, tampo superior em MDF em 19 mm, prateleira inferior em MDF 18 mm revestido em fórmica. (Cota ME e EPP) | 9 | und | R\$ 1.711,52 | R\$ 15.403,68 | Composição |
| Subtotal | | | | | | R\$ 2.532.433,72 | |
| TOTAL | | | | | | R\$ 4.983.667,12 | |



1.1.1 A participação das licitantes, conforme os grupos e itens acima especificados, será da seguinte forma:

- a) O Grupo 1 e os Itens 7, 9, 11, 13, 15 e 17 são abertos para participação de todas as empresas.
- b) O Grupo 2 e os Itens 8, 10, 12, 14, 16 e 18, são **cotas de 10% destinadas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** (consoante art. 8º do Decreto nº 8.538/2015).

1.1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.1.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.1.4 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos/serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a licitação e subsidiar a elaboração do edital e fornecer informações ao licitante.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 - Lote 1, Conj. I. Ed. Dep. Manoel Novaes, Brasília-DF, CEP: 70830-019.

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços, objetos deste Termo de Referência.

6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Juazeiro/BA, em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, no qual é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, no qual é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CONTRATO – Documento, subscrito pela Codevasf e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou



produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a supervisão de um Coordenador, indicada para exercer a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Portal de Compras do Governo Federal: www.compras.gov.br.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 Forma de realização: Pregão Eletrônico - por Sistema de Registro de Preços.

3.2 Valor estimado: Público.

3.3 Critério de julgamento: Menor Preço.

3.4 Forma de Fornecimento: Parcelado.

3.5 Modo de disputa: ABERTO, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,5 %) que incidirão tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.6 A licitação será realizada em **02 (dois) Grupos e 12 (doze) Itens**, conforme definido no item 1.1. Cada grupo é composto por número definido de itens, conforme detalhado na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência Equipamentos, Anexo II deste Termo de Referência.

4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

4.1. Todos os equipamentos e máquinas objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues na sede da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada no seguinte endereço: Avenida Comissão do Vale, s/nº, Bairro Piranga, CEP: 48.900-056, município de Juazeiro, estado da Bahia.

4.2. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto(s) deste Termo de Referência devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

5.1. O objeto do presente pregão compreende o fornecimento de máquinas e equipamentos, bem como os testes, manuais de montagem e uso, a carga, o transporte e a descarga dos equipamentos mecânicos, conforme descritos no item 1 deste Termo de Referência.



5.2. A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, e nas Especificações Técnicas - Anexos II e III deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observadas criteriosamente pelas licitantes.

5.3. A Codevasf poderá reservar o direito de, na contratação, solicitar o fornecimento de parte dos equipamentos que compõe os grupos/itens a serem licitados.

5.4. A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos, nem de pessoal, para as atividades de descarga dos equipamentos e máquinas a serem adquiridos, devendo ser avisada, via e-mail, com antecedência devida, de no mínimo de 3 (três) dias, acerca da previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos referidos itens.

5.5. A descarga das máquinas e equipamentos no local indicado é de total responsabilidade da licitante e a Codevasf não fornecerá mão de obra, nem equipamentos de manuseio.

5.6. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste Termo de Referência devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a sua integridade.

5.7. Todo o transporte deve ser acompanhado pelo fabricante/fornecedor, que deverá manter no local indicado para a entrega, um técnico para acompanhar junto com a fiscalização da Codevasf, a descarga dos itens a serem fornecidos objeto deste Termo de Referência, bem como realizar junto com a fiscalização a conferência, recebimento dos materiais, máquinas e equipamentos e verificação de possíveis avarias.

5.8. Todo carregamento deverá ser acompanhando dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

5.9. Os custos do técnico (transporte aéreo, hospedagem, diárias e deslocamentos) serão por conta do licitante/fornecedor.

5.10. No ato do desembarque de cada lote de itens fornecidos, a licitante vencedora deverá convocar a Codevasf para inspeção e testes, a qual deverá verificar a qualidade dos objetos em questão e aceitar ou não o fornecimento dos mesmos.

5.11. O custo com a equipe de inspeção da Codevasf não deverá fazer parte da composição dos custos dos fornecimentos, sendo essa despesa de exclusiva competência da contratante.

5.12. Todas as máquinas e equipamentos fornecidos através desta licitação deverão possuir garantia de fabricação, de no mínimo 12 (doze) meses, fornecida pelo fabricante, contada a partir da data da entrega técnica dos itens, prazo usual utilizado pelo mercado para esse tipo de equipamento, e visa garantir que defeitos apresentados nesse período, derivados de montagem errada ou pelo desgaste de peças defeituosas sejam corrigidos pelos fabricantes, sem prejuízo para os adquirentes do produto.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, isoladas, que atendam às exigências deste Termo de Referência e seus anexos.

6.1.1 As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.1.2 Poderão participar desta licitação empresa brasileira, empresa estrangeira em funcionamento no País, empresa brasileira representante de empresa estrangeira e empresa estrangeira em funcionamento no País representante de empresa estrangeira.

6.1.3 As licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais grupos/itens, devendo apresentar proposta para a integralidade de cada grupo a que concorrer, discriminados na Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e nas Especificações Técnicas - Anexos II e III deste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas para parte do lote/grupo, implicando na desclassificação da proposta. Cada proposta deverá apresentar preço individual para cada item, assim como preço global para o grupo ou grupos em disputa.



6.2 CONSÓRCIO E SOCIEDADES COOPERATIVAS

6.2.1 **Não será permitida a participação de consórcio.** A logística necessária para as máquinas e equipamentos a serem adquiridos já foi agrupada em lotes específicos para melhorar e ampliar a competitividade, o que não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente pertinente a não formação de consórcios. **Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas** desde que atendam aos requisitos dispostos nos incisos I a IV do artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1 **Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto deste Termo de Referência,** já que a logística para entrega dos fornecimentos propostos envolve a entrega de bens comuns, agrupada em lotes específicos e não exige o envolvimento de diferentes especialidades diferentes para a execução.

6.4 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.4.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015. Para tanto, considerando a observância legal de cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento), definiu-se neste certame a reserva de 10% (dez por cento), conforme especificado item 1.1 deste TR.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1. O atestado de visita ao(s) local(is) do fornecimento **não será obrigatório**, porém é de inteira responsabilidade da licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde serão instaladas as máquinas e/ou equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados as máquinas e equipamentos objeto desse Termo de Referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, na cidade de Juazeiro, no estado da Bahia, nos telefones: (74) 3614 6234 / 3614 6278 / 3614 6285 / 3614 6299.

7.1.3. A visita ao local onde serão executados os serviços deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

8. PROPOSTA

8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fornecedor de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
 - b1) Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela Codevasf.



- c) Planilha de preços unitários e totais para os equipamentos/materiais de cada item, assim como Valor Global para o Grupo, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II, que é parte integrante deste Termo de Referência;
- d) Serão de responsabilidade da licitante vencedora o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
 - d1) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada das máquinas e/ou equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
 - d2) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção das máquinas e/ou equipamentos fornecidos.

8.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do item, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima a licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos máquinas e equipamentos, considerando que a Codevasf não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar os preços dos itens ofertados em R\$ (reais), com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

8.1.3. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o MENOR PREÇO avaliado, POR GRUPO (grupos 1 e 2) e POR ITEM (itens 7 a 18), conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

9.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.2.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.2.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.2.2.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os serviços de forma a permitir a constatação da experiência da licitante na execução de serviços de fornecimento de equipamentos, observando o quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do contingente total de cada grupo/item descrito na *Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência*, item 1 deste Termo de Referência.
- b) A licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos itens objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
 - b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;



b2) Desenhos preliminares dos equipamentos e máquinas ofertados com dimensões, peso e demais características;

b3) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos da licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta;

9.2.2.3. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações da licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outras licitantes que ofertarem equipamentos dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo III deste Termo de Referência.

9.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.3.1 As licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf no item da licitação que concorrer, de forma não acumulativa.

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

I. Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

i. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

ii. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

iii. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

iv. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

II. Comprovação da boa situação financeira da empresa, confirmada por meio de consulta "online" ao SICAF, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Onde:

LG - Liquidez Geral
SG - Solvência Geral
LC - Liquidez Corrente



10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, **4.983.667,12 (quatro milhões novecentos e oitenta e três mil seiscentos e sessenta e sete reais e doze centavos)**, a preços de setembro/2025, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste Termo de Referência.

10.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários ocorrerá no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O prazo para execução do objeto deste TR será de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

11.2. O prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento (OF) é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

11.3 O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento, o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos, e 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal, perfazendo um prazo total de vigência de 270 (duzentos e setenta) dias.

11.4. O prazo para vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, após sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Desta forma, havendo saldo suficiente para o período, pode-se evitar novo processo licitatório, gerando economia de recursos, justificando a prorrogação.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do material, efetivamente entregue, com a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da Codevasf, conforme legislação vigente, observados ainda os subitens seguintes:

a) 100% (cem por cento) após a entrega no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para essa tarefa.

12.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada.

12.3. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega definitiva do bem, o qual deve estar sem qualquer pendência de avaria, com taxas e impostos quitados e com emplacamento (quando aplicável).

12.4. Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido no subitem 12.2 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.

12.5. As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.

12.6. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra "b", da Constituição Federal/88.

12.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:



i) O valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF Nº 1.234/2012 e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço prestado.

12.8. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto.

12.9. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.

12.10. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.

12.11. No ato da entrega, será feita a conferência de cada item entregue, atestando que os mesmos estão de acordo com as especificações técnicas que integraram este Termo de Referência.

12.12. O pagamento será efetuado após a conferência dos itens e da nota fiscal, em moeda corrente nacional, após o atesto do Fiscal do Contrato na nota fiscal e encaminhada para pagamento. A CONTRATADA deverá estar em situação regular no SICAF.

12.13. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

12.14. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

12.15. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

12.16. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

12.17. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

12.18. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.

12.19. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 21.2, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga;

e I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + im_1/100)dx_1/30 \times (1 + im_2/100)dx_2/30 \times \dots \times (1 + im_n/100)dx_n/30 - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária



12.20. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

12.21. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

13. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.1. Caso ocorra a assinatura do contrato, os preços permanecerão válidos pelo período de doze meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. Após este prazo, poderão ser reajustados de acordo ao índice IPA-EP-DI (máquinas, aparelhos e equipamentos - FGV Código 1416650), aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente à data de apresentação da Proposta

14.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.1.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.1.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

15. MULTAS

15.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).

15.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato conforme a Tabela 1;
- b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
- c) 12% (doze por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

| Inadimplências | Grau de Penalidade | Percentual do valor do contrato |
|---|--------------------|---------------------------------|
| Execução parcial de até 80% do valor contratual | 01 | 2% |
| Execução parcial de até 60% do valor contratual | 02 | 4% |
| Execução parcial de até 40% do valor contratual | 03 | 8% |
| Execução parcial de até 20% do valor contratual | 04 | 10% |

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

| Ocorrência | Cálculo da multa |
|---|------------------------------|
| Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal. | R\$ 100,00 por dia de atraso |
| Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido. | R\$ 500,00 por dia de atraso |

15.3 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

15.4 A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.

15.5 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- a) A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- b) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- c) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Área de Finanças da Codevasf – 6ª/GRG/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

15.6 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional-6ª/SR, que procederá ao seu exame.

15.7 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela autoridade competente da Codevasf, que poderá dar ou não provimento.

15.8 Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura



cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

15.9 Caso a Codevasf não dê provimento ao recurso, não caberá novo recurso administrativo.

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não será exigida Garantia de Execução.

17. FISCALIZAÇÃO

17.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos/serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

17.2 A fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

17.3 A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da fiscalização, aos fornecimentos, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.4 A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial, responsável pela execução do contrato.

17.5 Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

17.6 Das decisões da fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

17.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

17.8 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços/fornecimentos.

17.9 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

18.1 Após o término dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

18.1.1 O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo



circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

18.1.2 Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

18.1.3 Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

18.1.4 A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato.

18.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.

18.3. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e

18.4. Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

18.5. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.

18.6. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

18.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

19.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010:

19.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

19.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

19.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

19.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



19.2 O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

19.3 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

19.4 Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitui as exigências deste TR e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 Fornecer os itens descritos nesse Termo de Referência, na quantidade, qualidade e condições indicadas, a partir da ordem de fornecimento emitida pela contratante.

20.2 O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

20.3 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/2022, da Lei nº 13.303/2016, bem como, da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

20.4 O licitante deverá apresentar, quando solicitado, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:

- a) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
- b) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;
- c) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.

20.5 A descarga dos equipamentos/materiais adquiridos deve ser avisada via e-mail, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

20.6 A contratada deverá comprovar, obrigatoriamente em até 60 dias após a assinatura do contrato emitido pela Codevasf, por meio de contrato ou documento similar que comprove o vínculo do fornecedor com o prestador de serviços/peças ou apresentação de rede de assistência técnica autorizada, que a fornecedora possui assistência técnica (própria ou terceirizada/certificada) no âmbito do âmbito do Estado da Bahia.

20.6.1. A aprovação da comprovação estará condicionada à fiscalização da Codevasf.

21. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

21.1 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

21.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

21.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.



21.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

21.5 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

21.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos contratados.

21.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

22. GARANTIA DOS MATERIAIS

22.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12(doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

22.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

22.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

22.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

22.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

22.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

22.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

22.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

22.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos/itens.

22.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

22.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

23. MATRIZ DE RISCOS

23.1 A matriz de risco está apresentada no Anexo IV deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.



23.2 A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.

23.3 A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a Contratada.

23.4 Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

23.5 A Contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

23.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

23.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

23.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.

23.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

23.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

24. CONDIÇÕES GERAIS

24.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

25. ANEXOS

25.1. São ainda, documentos integrantes deste termo de referência:

- Anexo I – Justificativas
- Anexo II – Planilhas de Quantidades e Preços Orçados (Escopo de Fornecimento)
- Anexo III – Especificações Técnicas
- Anexo IV – Matriz de Riscos

Anexo V - cronograma de execução

Digite o texto aqui



ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo, que integra o Termo de Referência, tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos equipamentos e máquinas a serem adquiridos.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar - ETP: O Termo de Referência (TR) e o Estudo Técnico Preliminar (ETP) serão submetidos para análise e aprovação por ato da autoridade competente.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

Conforme consta no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2022-2026, a Codevasf com sua missão institucional de promover o desenvolvimento regional, de forma integrada e sustentável, tem como uma das linhas de negócio a Economia Sustentável, setor de Inclusão Produtiva, com ações no apoio à estruturação de Arranjos Produtivos Locais, incluindo a doação de máquinas e equipamentos para estruturação das atividades, capacitação de jovens com fins de inserção no mercado de trabalho, dentre outros.

Assim, vê-se a necessidade de adoção de medidas capazes de proporcionar mudança da realidade, com a redução de desigualdades sociais e regionais, principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, o que impede a fixação das pessoas no campo e provoca a migração da população. Nesse contexto, é de notório conhecimento que as políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país.

Portanto, a estruturação de ações ligadas à Economia Criativa, mais especificamente neste Termo de Referência, com a aquisição de máquinas e equipamentos para a atividade de Corte e Costura, constitui-se como uma estratégia de desenvolvimento que envolve aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, visando atendimento das demandas de comunidades rurais e urbanas, com o consequente combate à miséria, minimizando as desigualdades.

Desse modo, com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições e qualidade de vida de trabalhadores e trabalhadoras no desenvolvimento dessa atividade, conclui-se como necessária a aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos neste Termo de Referência, com fins de atender demandas de comunidades vinculadas aos municípios da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf.

Registre-se que foi adotado o entendimento de aquisição das máquinas e equipamentos em dois grupos para que ocorra a efetiva entrega dos itens constantes em cada grupo, tendo em vista ser considerado o kit principal para formação de estrutura básica de um ateliê. Essa medida evita o que já ocorreu em algumas licitações anteriores, visto que alguns itens foram entregues e outros não, tendo como consequência licitação deserta/fracassada e pelo não cumprimento por parte da licitante, trazendo



prejuízo à Codevasf para instrução de novos procedimentos licitatórios, bem como no desenvolvimento da cadeia de corte e costura no âmbito social e econômico. Ademais, adotou-se também a estratégia de aquisição de outras máquinas e equipamentos por itens, visando atender demandas de comunidades específicas, de acordo com sua abordagem de trabalho.

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

A Codevasf, em observância a sua missão institucional, apoia grupos de trabalhadores organizados em associações e cooperativas, com a doação de máquinas e equipamentos necessários à estruturação de atividades, promovendo aperfeiçoamento em sistemas de produção e na construção de uma economia local mais forte e diversificada, por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APL). Tal ação repercute no desenvolvimento sustentável no âmbito social, ambiental e econômico, bem como na melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas, com geração de emprego e renda. Desse modo, verificam-se as razões de interesse público no objeto do Termo de Referência, tendo em vista que as atividades desenvolvidas no âmbito da Economia Criativa, com ênfase na cadeia produtiva de Corte e Costura, propiciam a geração de postos de trabalho, sendo relevante para o desenvolvimento local e regional, principalmente em municípios de pequeno porte, pois apresenta uma alternativa de ocupação, com a inserção de jovens e mulheres no mercado de trabalho, dinamizando o setor econômico com essas máquinas e equipamentos disponibilizados.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

Procedimento de pesquisa de preços consta no Parecer de Custos, parte integrante do processo administrativo, elaborado de acordo com os normativos internos em vigência.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegura o tratamento isonômico, busca maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos, possibilitando, por isso, a descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. Desse modo, o Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento que serão contratados.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

Justifica-se a modalidade do Sistema de Registro de Preços - SRP, considerando a imprevisibilidade



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

do quantitativo a ser adquirido, do momento da celebração do contrato e dos recursos orçamentários que serão alocados para as referidas aquisições. Assim, o TR atende plenamente ao disposto no art. 3º, incisos I e V, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, tendo em vista que a Codevasf possui necessidade de contratações frequentes e recorrentes, tal fato impossibilita a definição prévia dos quantitativos pela administração. Ademais, a opção de realizar a licitação por SRP possibilita a conveniência da aquisição de bens com entregas parceladas, além da flexibilidade para contratações ao longo do ano com vistas ao atendimento de demandas extras.

Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços:

Sim. De acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, e com o item 11.4 do TR, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Dessa forma, havendo saldo suficiente para o período, pode-se evitar novo processo licitatório, gerando economia de recursos, justificando a prorrogação.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

Não – Não será permitida a inclusão de Órgão Participante nesse certame, pois a CODEVASF-6ª/SR não possui quantitativo de empregados suficiente para realizar os procedimentos administrativos necessários à realização dos trâmites exigidos para admissão de outros órgãos junto à esta licitação, o que implicaria em dificuldades para realização desta opção.

Da admissão de adesão dos Órgãos Não Participantes (carona):

Sim – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona, devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública. Diferentemente da Admissão de Órgão Participante, a Admissão de Adesão dos órgãos não participantes (carona) só é realizada após a conclusão do certame, não há, nesse caso, prejuízos quanto ao alcance do término deste antes do fim do exercício fiscal de 2024; e que não há necessidade de muitos trâmites burocráticos para permissão de procedimentos de adesão, posiciona-se como possível a realização desta opção administrativa. Essa diferença em termos de exigências legais, administrativas e burocráticas viabiliza a participação de outras empresas neste certame através de “carona” e inviabiliza a participação destas na modalidade “admissão”, principalmente por conta dos prazos necessários.

Justificativa da adoção do Valor estimado Público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 - Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver proibição absoluta à revelação do orçamento, nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303/2016, Lei das Estatais, proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o art. 67 do RILC.



Dos requisitos de aceitação e pontuação das propostas:

Quanto aos requisitos de aceitação, a escolha das especificações técnicas está de acordo com os itens constantes do Catálogo de Emendas da Codevasf e Estudo Técnico Preliminar. Quanto à pontuação das propostas, não se aplica pois essa situação somente é cabível para licitações que utilizam o critério de julgamento Técnica e Preço.

Dos requisitos de Qualificação Técnica:

No Termo de Referência, item 9.2.2.2, há exigência dentre os participantes, da comprovação de qualificação técnica através de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com quantitativos mínimos de 30% (trinta por cento) do contingente total para cada lote/grupo/item a ser licitado. Entende-se que essa proporção é razoável, pois não é alta o suficiente para restringir a ampla concorrência entre as empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento. Além disso, essa proporção está em consonância com o Acórdão do TCU 2696/2019, o qual esclarece que é irregular a exigência desse tipo de atestado com quantitativo mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), exceto se houver justificativa técnica plausível.

Da Qualificação Econômico/Financeira:

Há exigência, conforme orientação legal, de que haja contratação de empresas fornecedoras de materiais que apresentem comprovação de qualificação econômico/financeira. Neste caso, as empresas licitantes vencedoras deverão apresentar comprovação da boa situação financeira da empresa, confirmada por meio de consulta "on line" ao SICAF, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas abaixo, bem como, o Capital social mínimo referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, em atendimento a Resolução 857/2022 da Diretoria Executiva.

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

LC - Liquidez Corrente

Busca-se, com essa exigência, a contratação de empresas que possuam saúde financeira suficiente para garantir que os fornecimentos contratados sejam cumpridos.

Dos critérios de sustentabilidade socioambiental da contratação:

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verificam impactos ambientais relevantes. Contudo, baseado no art. 82, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, recomenda-se que o licitante guarde observância aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no item 19 do Termo de Referência.



Da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos / adoção de cotação por Grupo:

Em anos anteriores, a composição dos kits de corte e costura adquiridos pela CODEVASF/6ªSR foi licitada através de cotação por item, ou seja, individualmente. Em alguns casos, houve atraso em alguns fornecimentos, como também distrato de contratos em vigor; além disso, alguns itens não foram licitados por falta de oferta por parte dos licitantes (itens desertos); essas situações ocasionaram como consequência, a composição de itens incompletos, fora das especificações planejadas. Outro fator que justifica a adoção de cotação por grupo é que as empresas licitantes poderão reduzir custos com carga, descarga e frete, já que irão fornecer todos os equipamentos em lotes, o que facilita a logística e diminui os custos. Isso traz maior economicidade ao processo licitatório em questão. Assim, optou-se pela aquisição do kit principal de máquinas em grupos (Grupo 1 e 2), para que ocorra a efetiva entrega dos itens constantes em cada grupo. No entanto, registre-se que há também a previsão de aquisição de outras máquinas e equipamentos por item, conforme previsto no 1.1 do TR, com fins de atender demandas específicas de trabalho.

Da não exclusividade e/ou Cota Reservada ME e EPP:

Não se vislumbra a obrigatoriedade da participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista que é aplicável aos casos em que os itens ou lotes possuam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme consta do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015.

Desse modo, considerando a observância de cota reservada para ME e EPP de até 25% (vinte e cinco por cento), definiu-se o valor para cota em 10% (dez por cento), conforme consta do item 1.1 do TR, Grupo 02 e Itens 8, 10, 12, 14, 16 e 18, e na Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas - Anexo II e III, com vistas a cumprir o que determina o Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Justifica-se esta ação levando em consideração o princípio da economicidade, visto que os preços ofertados por MEs e EPPs nos últimos pregões eletrônicos realizados por esta Superintendência foram bem maiores do que de outras empresas. Nesse caso, poderão ser adquiridos bens em maior número, a partir de ofertas de preços de menor valor, e a cota reservada de 10% garante a participação de MEs e EPPs, considerando que o objeto da presente licitação é dividido em grupos e itens, e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento.

Permissão para participação de Consórcios:

Não. Por se tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permissão para participação de Sociedades Cooperativas:

Sim. Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas desde que atendam aos requisitos dispostos nos incisos I a IV do artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

Permissão para participação Subcontratação:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Não. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, já que a logística para entrega dos fornecimentos propostos envolve a entrega de bens comuns, agrupada em lotes específicos e não exige o envolvimento de diferentes especialidades diferentes para a execução.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os fornecimentos a serem contratados poderão ser executados nos exercícios de 2025 e 2026, conforme a disponibilidade orçamentária e o prazo de validade das Atas de Registro de Preços. A fonte orçamentária será informada no momento da emissão das Ordens de Fornecimento ou Contrato.

Garantia de Execução:

Não será exigida garantia de execução, visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega técnica dos itens, prazo usual utilizado pelo mercado para esse tipo de equipamento, e visa garantir que defeitos apresentados nesse período, derivados de montagem errada ou pelo desgaste de peças defeituosas sejam corrigidos pelos fabricantes, sem prejuízo para os adquirentes do produto.

Apresentação de amostras:

Não é necessária a apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido, considerando o escopo do TR.

Do Modo de Disputa:

Estipulou-se, no item 3.5 do Termo de Referência, o modo de disputa do tipo ABERTO com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,5 %) do valor dos itens; considera-se que o intervalo nesta proporção é razoável e permitem a plena competição entre os licitantes.

Condições de participação de empresa estrangeira:

Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.

Dos critérios de reajustamento:

Os preços permanecerão válidos pelo período de doze meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. Após este prazo, poderão ser reajustados, face equiparação/atualização com os preços de mercado, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro, com índice a ser considerado no reajustamento extraído da Tabela FGV Código 1416650 (IPA-EP-DI Máquinas, aparelhos e equipamentos), adequado para o objeto, de acordo com o item 14 do TR.

A inclusão da cláusula de reajuste anual dos preços no Termo de Referência justifica-se pela necessidade de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, em conformidade com o art. 134 da Lei nº 14.133/2021.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Caso ocorra assinatura do contrato, os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta, conforme previsto no item 14 do Termo de Referência.

Considerando que a Ata poderá ter sua vigência prorrogada por igual período (totalizando até 24 meses), a previsão de reajuste torna-se tecnicamente necessária, pois:

1. A vigência prolongada exige recomposição de valores
Como a Ata pode vigorar por até 24 meses, eventual ausência de reajuste acarretaria defasagem significativa dos preços, em razão da inflação acumulada e da elevação dos custos operacionais dos fornecedores.
2. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro (art. 104 e 134 da Lei 14.133/21)
A recomposição anual assegura que o fornecedor mantenha condições de executar o fornecimento com sustentabilidade econômica, evitando desequilíbrio contratual e garantindo o atendimento contínuo à Administração.
3. Atendimento ao princípio da vantajosidade e da economicidade
A previsão de reajuste não aumenta custos automaticamente, mas evita futuras solicitações de revisão extraordinária — que, normalmente, resultam em valores mais elevados.
Assim, o reajuste anual previsto no TR protege o interesse público ao permitir uma correção previsível e regulada.
4. Compatibilidade com o Sistema de Registro de Preços
O Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o SRP, não veda o reajuste, exigindo apenas que:
 - esteja previsto no edital e na ata;
 - observe o intervalo mínimo de 12 meses.Como a proposta permanecerá válida por longo período, a previsão de reajuste é recomendável.
5. Segurança jurídica para ambas as partes
A definição prévia do índice e da data-base evita conflitos futuros, garante previsibilidade e protege a Administração de discussões sobre recomposição de preços por outros meios (revisão extraordinária ou reequilíbrio).

Responsáveis pela informação:

Márcia Carolina Ribeiro Costa Vigas
Analista em Desenvolvimento Regional
6ª/ESA

Priscila Martinez Martinez
Analista em Desenvolvimento Regional
6ª/ESA



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

De acordo:

Sérgio Antônio Coelho
Chefe 6ª/ESA



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
Superintendência Regional de Juazeiro/BA - 6ª/SR
Escritório de Representação de Salvador - 6ª/ESA

ANEXO II - Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência
Equipamentos / Insumos para Apoio a Ações de Arranjos Produtivos Locais

GRUPO 1 - Equipamentos para Corte e Costura (PRINCIPAL - 90%)

| Item | CATMAT | Descrição/ Especificações técnicas | Quantidade | Unidade | Valor Unitário | Valor Total | Fonte da Cotação |
|------|--------|---|------------|---------|----------------|------------------|------------------|
| 1 | 610334 | Máquina de Costura industrial Overlock completa com mesa, 01 agulha, 3 fios, lubrificação automática, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 198 | und | R\$ 3.933,84 | R\$ 778.900,32 | Composição |
| 2 | 257977 | Máquina de Costura Galoneira Industrial completa com mesa, 03 agulhas, 5 fios, com trançador, base aberta e fechado (2 em 1), coração externo, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Com aparelho de viés com as medidas 2,0, 3,0 e 3,5. Com porta fios compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 198 | und | R\$ 4.568,13 | R\$ 904.489,74 | Composição |
| 3 | 610337 | Máquina de Costura Keta industrial completa com mesa, 01 agulha, lançadeira vertical, lubrificação automática com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, barra de agulha teflonada, bamba de óleo em aço, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 198 | und | R\$ 2.640,00 | R\$ 522.720,00 | Composição |
| | | | | | Subtotal | R\$ 2.206.110,06 | |

Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência
Equipamentos / Insumos para Apoio a Ações de Arranjos Produtivos Locais

GRUPO 2 - Equipamentos para Corte e Costura (Cota reservada do Grupo 1: ME e EPP 10%)

| Item | CATMAT | Descrição/ Especificações técnicas | Quantidade | Unidade | Valor Unitário | Valor Total | Fonte da Cotação |
|------|--------|---|------------|---------|----------------|----------------|------------------|
| 4 | 610334 | Máquina de Costura industrial Overlock completa com mesa, 01 agulha, 3 fios, lubrificação automática, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 22 | und | R\$ 3.933,84 | R\$ 86.544,48 | Composição |
| 5 | 257977 | Máquina de Costura Galoneira Industrial completa com mesa, 03 agulhas, 5 fios, com trançador, base aberta e fechado (2 em 1), coração externo, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Com aparelho de viés com as medidas 2,0, 3,0 e 3,5. Com porta fios compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 22 | und | R\$ 4.568,13 | R\$ 100.498,86 | Composição |

| 6 | 610337 | Máquina de Costura Reta Industrial completa com mesa, 01 agulha, lançadeira vertical, lubrificação automática com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, barra de agulha teflonada, bamba de óleo em aço, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 22 | und | R\$ 2.640,00 | R\$ 58.080,00 | Composição |
|---|--------|---|------------|---------|----------------|----------------|------------------|
| | | | | | Subtotal | R\$ 245.123,34 | |
| Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência Equipamentos / Insumos para Apoio a Ações de Arranjos Produtivos Locais | | | | | | | |
| Item | CATMAT | Descrição/ Especificações técnicas | Quantidade | Unidade | Valor Unitário | Valor Total | Fonte da Cotação |
| 7 | 481271 | Máquina de costura doméstica completa com mesa, com função zig zag, com caseador, com no mínimo 22 pontos, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 990 | und | R\$ 917,26 | R\$ 908.087,40 | Composição |
| 8 | 481271 | Cota reservada do Item 7: ME e EPP 10% - Máquina de Costura Doméstica completa com mesa, com função zig zag, com caseador, mínimo 22 pontos, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 110 | und | R\$ 917,26 | R\$ 100.898,60 | Composição |
| 9 | 610338 | Máquina de Costura Pespontadeira completa com mesa, barra fixa, lancadeira Grande, lubrificação automática, motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 99 | und | R\$ 5.517,78 | R\$ 546.260,22 | Composição |
| 10 | 610338 | Cota reservada do Item 9: ME e EPP 10% - Máquina de Costura Pespontadeira completa com mesa, barra fixa, lancadeira Grande, lubrificação automática, motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 11 | und | R\$ 5.517,78 | R\$ 60.695,58 | Composição |
| 11 | 610336 | Máquina de Costura Semi-Industrial Zig Zag completa com mesa, 1 agulha, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 99 | und | R\$ 3.433,26 | R\$ 339.892,74 | Composição |
| 12 | 610336 | Cota reservada do Item 11 - ME e EPP 10% : Máquina de Costura Semi-Industrial Zig Zag completa com mesa, 1 agulha, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 11 | und | R\$ 3.433,26 | R\$ 37.765,86 | Composição |
| 13 | 238168 | Máquina de bordar eletrônica completa com mesa, com as características mínimas: área de bordado: 20 x 28, com 3 bastidores incluídos, com 102 desenhos ou mais na memória, com entrada USB, visor LCD touchscreen, velocidade do bordado: 860 ppm. Voltagem: autovolt ou bivolt. Acessórios incluídos. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. | 10 | und | R\$ 11.532,48 | R\$ 115.324,80 | Composição |

| | | | | | | | | |
|----|--------|---|-----|-----|---------------|----------------|------------------|--|
| 14 | 238168 | Cota reservada do Item 13 - ME e EPP 10%: Máquina de bordar eletrônica completa com mesa, com as características mínimas: área de bordado: 20 x 28, com 3 bastidores incluídos, com 102 desenhos ou mais na memória, com entrada USB, visor LCD touchscreen, velocidade do bordado: 860 ppm. Voltagem: autovolt ou bivolt. Acessórios incluídos. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. (Cota ME e EPP) | 2 | und | R\$ 11.532,48 | R\$ 23.064,96 | Composição | |
| 15 | 483572 | Cadeira Escritório. Material Estrutura: madeira compensada. Material revestimento, assento e encosto: vinil. Material encosto: madeira e espuma injetada. Material assento: madeira e espuma Injetada. Tipo Base: Fixa. Apoio Braço: sem braços. Quantidade Pés: 4. | 594 | und | R\$ 378,53 | R\$ 224.846,82 | Composição | |
| 16 | 483572 | Cota reservada do Item 15 - ME e EPP 10%: Cadeira Escritório. Material Estrutura: madeira compensada. Material revestimento, assento e encosto: vinil. Material encosto: madeira e espuma injetada. Material assento: madeira e espuma Injetada. Tipo Base: Fixa. Apoio Braço: sem braços. Quantidade Pés: 4. (Cota ME e EPP) | 66 | und | R\$ 378,53 | R\$ 24.982,98 | Composição | |
| 17 | 610344 | Mesa de Corte para tecidos, estrutura desmontável com nivelador nos pés, prateleira inferior para acondicionamento de tecidos ou outros materiais, módulo de 1,50 m de largura por 2,00 m de comprimento, em aço espessura de 2.00 mm, tampo superior em MDF em 19 mm, prateleira inferior em MDF 18 mm revestido em fórmica. | 79 | und | R\$ 1.711,52 | R\$ 135.210,08 | Composição | |
| 18 | 610344 | Cota reservada do Item 17 - ME e EPP 10%: Mesa de Corte para tecidos, estrutura desmontável com nivelador nos pés, prateleira inferior para acondicionamento de tecidos ou outros materiais, módulo de 1,50 m de largura por 2,00 m de comprimento, em aço espessura de 2.00 mm, tampo superior em MDF em 19 mm, prateleira inferior em MDF 18 mm revestido em fórmica. (Cota ME e EPP) | 9 | und | R\$ 1.711,52 | R\$ 15.403,68 | Composição | |
| | | | | | | Subtotal | R\$ 2.532.433,72 | |
| | | | | | | TOTAL | R\$ 4.983.667,12 | |



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

ANEXO III - QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

| ITEM | CATMAT | Descrição / Especificações técnicas |
|---------|--------|---|
| 1 e 4 | 610334 | Máquina de Costura industrial overlock completa com mesa, 01 agulha, 3 fios, lubrificação automática, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. |
| 2 e 5 | 257977 | Máquina de Costura Galoneira Industrial completa com mesa, 03 agulhas, 5 fios, com trançador, base aberta e fechado (2 em 1), coração externo, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Com aparelho de viés com as medidas 2,0, 3,0 e 3,5. Com porta fios compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. |
| 3 e 6 | 610337 | Máquina de Costura Reta Industrial completa com mesa, 01 agulha, lançadeira vertical, lubrificação automática com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, barra de agulha teflonada, bamba de óleo em aço, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. |
| 7 e 8 | 481271 | Máquina de costura doméstica completa com mesa, com função zig zag, com caseador, com no mínimo 22 pontos, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. |
| 9 e 10 | 610338 | Máquina de Costura Pespontadeira completa com mesa, barra fixa, lancadeira Grande, lubrificação automática, motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. |
| 11 e 12 | 610336 | Máquina de Costura Semi-Industrial Zig Zag completa com mesa, 1 agulha, com motor direct drive acoplado ao cabeçote, com led, bivolt ou 220v com transformador compatível. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. |
| 13 e 14 | 238168 | Máquina de bordar eletrônica completa com mesa, com as características mínimas: área de bordado: 20 x 28, com 3 bastidores incluídos, com 102 desenhos ou mais na memória, com entrada USB, visor LCD touchscreen, velocidade do bordado: 860 ppm. Voltagem: autovolt ou bivolt. Acessórios incluídos. Garantia mínima de 12 meses. Em conformidade com o INMETRO. Manual em Português. |
| 15 e 16 | 483572 | Cadeira Escritório. Material Estrutura: madeira compensada. Material revestimento, assento e encosto: vinil. Material encosto: madeira e espuma injetada. Material assento: madeira e espuma Injetada. Tipo Base: Fixa. Apoio Braço: sem braços. Quantidade Pés: 4. |
| 17 e 18 | 610344 | Mesa de Corte para tecidos, estrutura desmontável com nivelador nos pés, prateleira inferior para acondicionamento de tecidos ou outros materiais, módulo de 1,50 m de largura por 2,00 m de comprimento, em aço espessura de 2.00 mm, tampo superior em MDF em 19 mm, prateleira inferior em MDF 18 mm revestido em fórmica. |

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Versão 9.0

MATRIZ DE RISCOS

| | |
|---------------------------------|--|
| PROCESSO: | 59503.000017/2025-13 |
| OBJETO DA CONTRATAÇÃO: | Fornecimento kits de corte e costura, por Sistema de Registro de Preços - SRP |
| OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: | Promover estruturação de espaços produtivos ligados aos Arranjos Produtivos Locais (APL) das chamadas economias criativas, especificamente de corte e costura. Estas ações estão ligadas ao objetivo estratégico da Companhia que visa a estruturação de atividades produtivas para a inclusão econômica e social. Trata-se, portanto, de medida estratégica no contexto das políticas públicas de inclusão produtiva e apoio ao |
| LOCAL DE EXECUÇÃO: | 6ª/ESA |
| ÁREA/UNIDADE SUPRIDORA: | 6ª/GRR |
| ÁREA/UNIDADE DEMANDANTE: | Sistema de Registro de Preços – SRP |

| Cód* | Etapas de Contratação | Fator de Risco/Causa (devido a...) | Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...) | Consequência (Ocasinando) | Responsável pelo Risco (Alocação) | Probabilidade | Impacto | Nível de Risco (Residual) | Resposta - Tipo de Tratamento | Plano de Tratamento |
|-------|-----------------------|---|---|---|-----------------------------------|---------------|-------------|---------------------------|-------------------------------|---------------------|
| RC005 | Gestão contratual | Demora na emissão da Ordem de Fornecimento ou da Ordem de Serviço. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atraso no fornecimento do bem ou no início da execução dos serviços contratados e alteração de preços, devido prazo de validade dos valores da proposta vencidos | Contratante | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC006 | Gestão contratual | Ocorrência de epidemia/pandemia durante a execução contratual que ocasionem impactos ao andamento do(s) serviço(s) devidamente comprovados. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atraso na execução da obra 2. Impossibilidade de execução | Compartilhado | 2- Baixa | 3- Moderado | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC007 | Gestão contratual | Encerramento de fabricação de modelo ofertado pela licitante na ocasião do período de fornecimento. | Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues | 1. Atraso na execução do contrato - Necessidade de celebração de aditivo de prazo 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações | Compartilhado | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC008 | Gestão contratual | Variação cambial do dólar acima do previsto em cláusula contratual. A partir da data da assinatura do contrato ou data de recebimento pela contratada da ordem de | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações | Compartilhado | 3- Média | 3- Moderado | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC009 | Gestão contratual | Variação da inflação (IPCA) - Aumento do IPCA médio do período entre a data do recebimento da ordem de fornecimento até da data de entrega em relação a variação do | Poderá ocorrer acréscimo dos custos operacionais | 1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações | Compartilhado | 3- Média | 3- Moderado | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC010 | Gestão contratual | Mudança na legislação tributária que altere os valores dos bens ou serviços previstos no contrato. | Poderá ocorrer acréscimo dos custos operacionais | 0 | Compartilhado | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC011 | Gestão contratual | Greve ou paralisações de órgãos reguladores. Ex: Receita Federal. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações | Compartilhado | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |

| Cód* | Etapas de Contratação | Fator de Risco/Causa (devido a...) | Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...) | Consequência (Ocasionalmente) | Responsável pelo Risco (Alocação) | Probabilidade | Impacto | Nível de Risco (Residual) | Resposta - Tipo de Tratamento | Plano de Tratamento |
|-------|-----------------------|---|---|---|-----------------------------------|----------------|-------------|---------------------------|-------------------------------|---------------------|
| RC012 | Gestão contratual | Greve ou paralisações de fornecedores ou prestadores de serviço. Ex: Caminhoneiros, Fabricantes. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações | Compartilhado | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC013 | Gestão contratual | Alteração ou dificuldade de local para armazenamento de bens ou materiais. | Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues | Atraso na implantação dos projetos | Contratante | 3- Média | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC014 | Gestão contratual | Elevação de custo de fabricação, taxas e tarifas e encargos aduaneiros, inclusive frete, acima das variações médias dos últimos anos. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços | Compartilhado | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC015 | Gestão contratual | Paralisação da cidade (Lockdown), região ou país de origem de fabricação do equipamento ou máquina devido a pandemia, bem como no local de recebimento. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | Não entrega de bens ou serviços | Compartilhado | 2- Baixa | 3- Moderado | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC016 | Gestão contratual | Necessidade de substituição de máquinas ou equipamentos em função de avanço tecnológico ou de revisão de normas técnicas. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações 4. Substituição de itens | Contratante | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC017 | Gestão contratual | Atraso nos pagamentos por período superior a capacidade de suporte da empresa ou superior a 30 dias. | Poderá ocorrer imprevisibilidade nos pagamentos | 1. Inoperância das empresas 2. Desequilíbrio financeiro gerado pela gestão interna da contratada ou por atraso de pagamento das medições | Contratante | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC018 | Gestão contratual | Falência da empresa ou falta de capacidade operacional da empresa contratada. | Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues | 1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações | Compartilhado | 2- Baixa | 3- Moderado | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC019 | Gestão contratual | Dificuldade de entrega de itens em função de acidentes, eventos climáticos. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações | Contratada | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC020 | Gestão contratual | Ausência de segurança e vigilância - Ocorrência de roubo ou furto de equipamentos no local de armazenagem ou no local de montagem durante a execução do | Poderá ocorrer depreciação/deterioração/roubo/furto de bens | Atraso no cronograma de execução | Contratada | 1- Muito baixa | 2- Pequeno | Risco Baixo | Aceitar | |
| RC021 | Gestão contratual | Dificuldade de aquisições de matéria-prima devido ao aumento dos custos ou atrasos nos fornecimentos de matéria-prima para fabricações. | Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues | 1. Atrasos no cronograma 2. Custos adicionais | Contratada | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |

| Cód* | Etapla de Contratação | Fator de Risco/Causa (devido a...) | Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...) | Consequência (Ocasionando) | Responsável pelo Risco (Alocação) | Probabilidade | Impacto | Nível de Risco (Residual) | Resposta - Tipo de Tratamento | Plano de Tratamento |
|-------|-----------------------|--|---|--|-----------------------------------|---------------|------------|---------------------------|-------------------------------|---------------------|
| RC022 | Gestão contratual | Falta de profissional para fazer a entrega técnica dos equipamentos. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | Atraso no cronograma de execução | Compartilhado | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC023 | Gestão contratual | Impossibilidade de disponibilização de local adequado para instalação de máquinas e equipamentos, após a entrega/instalação. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | Atraso no cronograma de execução | Contratante | 3- Média | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC024 | Gestão contratual | Ocorrência de prejuízos e danos a terceiros decorrentes da entrega dos itens ou instalação dos mesmos. | Poderá ocorrer ineficiência na execução de ações e projetos | 1. Atraso no cronograma de execução 2. Interposição de ações judiciais ou administrativas | Contratada | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC025 | Gestão contratual | Impossibilidade de disponibilização de local adequado para instalação de máquinas e equipamentos, durante a instalação/execução do contrato. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | Atraso no cronograma de execução | Contratada | 3- Média | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC026 | Gestão contratual | Eventos internacionais: políticos, guerras, férias coletivas de categorias. | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações | Compartilhado | 2- Baixa | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |
| RC027 | Gestão contratual | Ocorrência de dano na descarga ou organização dos equipamentos e/ou descumprimento de documentação exigida das máquinas na entrega. | Poderá ocorrer morosidade no processo e/ou atividade | Atraso no cronograma de execução | Contratada | 3- Média | 2- Pequeno | Risco Moderado | Aceitar | |

| | | | |
|---|-------------------------------------|-------------------------|--------|
| COORDENADOR DO PROJETO OBJETO DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE | | | |
| No | LUCIANO GOMES DA ROCHA | Lotação: | 6ª/GRR |
| ANALISTAS RESPONSÁVEIS PELO MAPEAMENTO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE | | | |
| No | ALBA LIRIA FRANCA VENTURA | Lotação: | 6ª/ESA |
| No | LAVÍNIA CAMPELO BORGES | Lotação: | 6ª/ESA |
| No | MÁRCIA CAROLINA RIBEIRO COSTA VIGAS | Lotação: | 6ª/ESA |
| No | PRISCILA MARTINEZ MARTINEZ | Lotação: | 6ª/ESA |
| No | | Lotação: | |
| LOCAL/DATA: | | Juazeiro/BA, 30/09/2025 | |

Obs.: Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovado o "Plano de Gerenciamento de Riscos em Contratações e Doações da Codevasf", que contempla o Modelo de Elaboração do Mapa e Matriz de Contratações, por meio da Deliberação nº 57 de dezembro de 2024 (processo nº 59500.003411/2024-44-e). O Plano atende à recomendação nº 4 do Relatório de Auditoria nº 902916-Controladoria-Geral da União - CGU (Processo nº 59500.002345/2022-23-e) que em 31 de dezembro de 2024

ANEXO V – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

1. OBJETO

O presente Cronograma de execução refere-se ao **fornecimento parcelado de máquinas de costura e equipamentos correlatos**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, devendo orientar o acompanhamento das entregas, a aplicação de penalidades e o desembolso financeiro correspondente, conforme previsto no item 11 (PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO) do Termo de referência.

2. PRAZOS

O prazo total para entrega dos itens será de **até 120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da emissão da(s) Ordem (ns) de Fornecimento (OF), conforme previsto no Termo de Referência.

As entregas ocorrerão **de forma parcelada**, a critério da Administração.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

| Etapas / Atividade | Descrição | Prazo após OF | Percentual Físico (%) | Percentual Financeiro (%) |
|--|--|----------------------|-----------------------|---------------------------|
| 1. Grupo 1 - Principal | Equipamentos para Corte e Costura - Principal | 120 dias | 44% | 44% |
| 2. Grupo 2 - Cota ME e EPP | Equipamentos para Corte e Costura - ME e EPP | 120 dias | 5% | 5% |
| 3. Itens de 7, 9,11,13,15 e 17 | Equipamentos para Corte e Costura - Principal | 120 dias | 46% | 46% |
| 4. Itens de 8, 10, 12, 14 16 e 18 | Equipamentos para Corte e Costura - ME e EPP | 120 dias | 5% | 5% |
| 5. Inspeção, Conferência, Aceite e Pagamento | Verificação dos volumes, conferência de conformidade e emissão do atesto pela fiscalização | Paralelo às entregas | — | — |
| | Pagamento conforme entrega atestada (até 30 dias após o aceite) | | | |
| | | SOMATÓRIO | 100% | 100% |

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- Os percentuais físicos apresentados têm caráter **estimado**, por se tratar de uma licitação por Sistema de Registro de Preço, servindo para orientar o controle, acompanhamento e eventual aplicação de penalidades.
- O pagamento estará condicionado ao **atesto da fiscalização**, nos termos do Termo de Referência.
- O descumprimento das etapas poderá ensejar aplicação de penalidades previstas no Termo de Referência, item 15 (MULTAS).
- As quantidades efetivas fornecidas dependerão das **ordens de fornecimento (OF)**, emitidas pela Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este cronograma integra o Termo de Referência para fins de planejamento, acompanhamento da execução, aplicação de penalidades e gestão do(s) contrato(s) decorrente(s) da(s) Ata(s) de Registro de Preços.